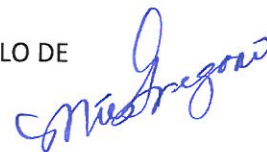


ATA DA REUNIÃO PRELIMINAR DO JÚRI PARA AS PROVAS DO CANDIDATO AO TÍTULO DE
ESPECIALISTA VÍTOR MANUEL NOBRE JOAQUIM



No dia 1 de março de 2013 reuniu, no Instituto Superior Politécnico Gaya, para a apreciação prevista no artigo 15º do Regulamento do Agrupamento ISPGaya, o júri nomeado pelo Despacho de Designação Interna n.º 02/2013, de 05 de fevereiro, para a realização das provas públicas para atribuição do título de Especialista na área 314 – Economia, requeridas pelo Licenciado Vítor Manuel Nobre Joaquim, com o trabalho profissional subordinado ao tema 'Combinação Ótima de Factores de Produção'.

Presidente do Júri:

- Doutor António Augusto Gregório, docente do ISPGaya, por delegação de competências proferidas pelo Senhor Presidente do ISPGaya através do Despacho (PR) n.º 01/2013, de 05 de fevereiro;

Vogais:

- Doutora Ana Sofia Borges, na qualidade de docente na área, indicado pelo Instituto Superior de Administração e Gestão;
- Doutor Vítor Lélis da Silva Braga, na qualidade de docente na área, indicado pelo Instituto Politécnico do Porto;
- Doutora Alcina Maria de Almeida Rodrigues, na qualidade de docente na área, indicada pelo Instituto Politécnico de Bragança.
- Doutor João Miguel Falcão Pinto da Silva, na qualidade de Economista no Dept.º de Estatística do Banco de Portugal, indicado pelo Banco de Portugal;
- Dra. Ana Paula Barroco Lopes, na qualidade de Técnica Superior da CCDRN-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, indicada pela CCDRN.

Reunido o Júri, foram analisados o currículo do candidato, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do DL 206/2009, e o trabalho de natureza profissional a que se refere a alínea b) do artigo 5º do mesmo Decreto-Lei. Uma vez que estava cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 12º, o Júri, ao abrigo do n.º 1 do mesmo artigo, deliberou por unanimidade dos membros presentes admitir condicionalmente o candidato a Provas Públicas, com a indicação de que reformulasse o trabalho de natureza profissional apresentado, atendendo aos aspetos assinalados pelo Júri, ou então, apresentasse um outro trabalho, decorrente da sua vasta e relevante carreira profissional. O candidato deve também apresentar mais detalhe ao seu currículo. A fundamentação do Júri encontra-se transcrita abaixo e consta de relatório subscrito pelos elementos do júri, o qual fica em anexo á presente ata e dela faz parte integrante.

Qualificações Profissionais:

"Avaliação global do perfil escolar: O candidato apresenta um currículo profissional diversificado e relevante na docência.

Com a categoria de Professor Adjunto, exerce funções no Instituto Superior de Tecnologias Avançadas, Lisboa, desde o ano letivo de 1989 até ao presente, onde leciona as disciplinas de "Teoria das Probabilidades e Modelos de Simulação" e "Modelos e Simulações Computacionais". Nos anos letivos de 1979 a 2000, lecionou no Instituto Superior de Economia e Gestão as disciplinas de Econometria e Complementos de Econometria.

Durante onze anos exerceu, cumulativamente, a atividade de formador em cursos de formação profissional, no domínio dos Métodos Quantitativos, da Elaboração e Avaliação de Projetos, da Economia, dos Sistemas de Planeamento, Programação, Orçamentação, entre outras".

"Avaliação global da experiência profissional: O Júri considerou que o candidato reúne as condições para o cumprimento da alínea a) do artigo 7º do Dec. Lei nº 206/2009 (10 anos de experiência), face ao exercício de funções, comprovado e ininterrupto, desde 1976, nos serviços centrais do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território, onde se mantinha na data de entrega da sua candidatura, desde 2010, como Subdiretor-Geral.

Em termos profissionais, a sua carreira e experiência ligados à avaliação e análise dos fenómenos económicos, em particular dos agrícolas e rurais, conferem-lhe um know-how importante para a transmissão de conhecimento, representando uma mais valia na docência,

ATA DA REUNIÃO PRELIMINAR DO JÚRI PARA AS PROVAS DO CANDIDATO AO TÍTULO DE
ESPECIALISTA VÍTOR MANUEL NOBRE JOAQUIM

por lhe permitirem estabelecer uma ponte entre os conteúdos teóricos e a prática comum na economia real”.

Avaliação do trabalho de natureza profissional:

“O trabalho apresentado pelo candidato, com o título “Combinação Óptima de Factores de Produção”, enquadra-se na área em que são requeridas as provas. Não obstante, o júri entende que o trabalho, apresentando características de natureza profissional nos termos legalmente definidos para a obtenção do título de especialista, não reúne características mínimas de qualidade, rigor e detalhe metodológicos de atualidade.

Motivos apontados:

- O tema não está devidamente motivado;
- os dados usados na estimação econométrica estão desatualizados;
- a estimação econométrica é muito simples para o grau a que o autor se propõe, existindo avanços metodológicos que poderiam ter sido utilizados;
- as variáveis inseridas na estimação necessitam de ser explicadas e fundamentadas, bem como os pressupostos assumidos.

Este trabalho não apresenta condições mínimas de ser admitido às provas conducentes ao título de especialista. Apresenta graves problemas, nomeadamente no que diz respeito à definição dos objetivos do trabalho; descrição da base de dados; utilização de bibliografia adequada e atualizada; ausência de conclusões relevantes, e a sua aplicação em contexto de mundo real”.

Avaliação Global da Candidatura:

“Admitido ☐ Não Admitido ☐ Admitido condicionalmente X

Observações:

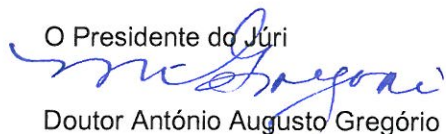
O Júri considera que o candidato, verificando as condições legalmente exigidas, deverá entregar um novo ou reformulado trabalho profissional, colmatando as falhas identificadas no ponto anterior. Adicionalmente, recomenda-se a apresentação de um curriculum profissional mais detalhado incluindo algumas versões integrais dos trabalhos mencionados.

Tendo em conta a necessidade de ajustamento de conteúdos do currículo e do trabalho, o Júri propõe a data de 07 de junho para a realização das provas públicas (10h/12h, discussão curricular; 14h/16h, discussão do trabalho). Para conveniência do candidato, considerou-se que a prova pública não deveria realizar-se em data anterior, propiciando-lhe tempo para os ajustamentos apontados. O candidato deverá apresentar as propostas de ajustamento até ao dia 03 de maio de 2013”.

Não tendo sido abordado qualquer outro assunto, foi lavrada a presente ata que será assinada pelo Presidente do Júri.

Vila Nova de Gaia, 04 de março de 2013.

O Presidente do Júri



Doutor António Augusto Gregório